



O ENSINO NORMAL EM PARNAÍBA: INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES (1927-1982)

RODRIGUES, Maria do Socorro
Mestre em Educação – PPGED/UFPI
socorro.cnsg@hotmail.com

MEIRELES, Isis
Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em História do Brasil – PPGHB/UFPI
isismeireles@ufpi.edu.br

309

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo geral analisar a constituição do ensino normal na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, como nível educacional formador de professores, no período compreendido entre 1927 e 1982. O recorte temporal da pesquisa abrange os anos de 1927 a 1982, justificando-se por ter sido no ano de 1927, criada a primeira “Escola Normal de Parnaíba”; Adotando-se a abordagem historiográfica vinculada à nova história cultural, fundamentou-se principalmente nos autores da nova história cultural: Burke (1992) e Chartier (1990); da história da educação brasileira: Azevedo (1976) e Lopes e Galvão (2005); do Estudo das Instituições escolares, sua cultura e seu cotidiano: Buffa (2002), Faria Filho (2007), Magalhães (2004) e produções historiográficas locais. A pesquisa de caráter qualitativa e descritiva utilizou como instrumento para coleta de dados o questionário, a entrevista semi-estruturada e os documentos produzidos nas escolas pesquisadas. Observou-se ainda que a história e a memória dessas instituições de ensino que trabalharam com a modalidade “normal” se faz necessária não somente para a reconstituição da história das escolas envolvidas na pesquisa, mas também para o reconhecimento de aspectos da realidade piauiense e parnaibana.

Palavras-chave: História da educação. Ensino Normal. Parnaíba.

ABSTRACT

This thesis has the overall objective to analyze the constitution of normal education in the city of Parnaíba, Piauí State, such as educational level teacher trainer in between 1927 and 1982 period. The time frame of the study covers the years 1927 to 1982, justifying If to have been in 1927, the first "Normal School Parnaíba" created; Adopting the new cultural history linked to the historiographical approach and was based primarily on the authors of the new cultural history: Burke (1992) and Chartier (1990); the history of Brazilian education: Azevedo (1976) and Lopes and Galvão (2005); Study of educational institutions, their culture and their daily lives: Buffa (2002), Faria Filho (2007), Magellan (2004) and local historiographical productions. The research used qualitative and descriptive character as an instrument for data collection questionnaire, semi-structured interviews and documents produced in the schools surveyed. It was also observed that the history and the memory of those educational institutions that have worked with the "normal" is necessary not only for reconstructing the history of the schools involved in the research, but also for the recognition of aspects of Piauí and parnaibana reality.

Key-words: Education History. Normal School. Parnaíba.

Introdução

O trabalho teve como ponto de partida que “ [...] compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição [...] é integrá-la de forma interativa no quadro do sistema educativo,



nos contextos e nas circunstâncias históricas, [...]” (MAGALHÃES, 2004. p. 133), uma vez que, todo acontecimento vivido encontra-se inserido em um tempo, um espaço e uma época, necessitando ser compreendido e analisado dentro de um contexto.

Assim, essa pesquisa tem como objetivo principal historiar a constituição do Ensino Normal na cidade de Parnaíba como nível educacional formador de professores, no período compreendido de 1927 a 1982 apresentando como problema a ser analisado a seguinte questão: Quais as características do processo de constituição do Ensino Normal de Parnaíba?

A escolha das escolas normais de Parnaíba como espaço para realização da pesquisa justifica-se pela contribuição ímpar para a historiografia parnaibana, uma vez que é possível encontrar algumas pesquisas com abordagens que assumem contornos nacionais e estaduais, mas não em nível municipal. Historiadores piauienses como Brito (1996), Ferro (1996), Lopes (1996 e 2001) e Mendes (2001 e 2007), também tratam o assunto, sem contudo, realizar estudo específico sobre as escolas normais de Parnaíba. Não se imputa a esses autores, fragilidades em suas obras, mas procura-se assegurar a contribuição que a pesquisa trará para a história da educação parnaibana.

A escrita, também servirá para ampliar a historiografia local, rememorando os acontecimentos que contribuíram para o desenvolvimento da região e marcaram a trajetória das Escolas Normais de Parnaíba, colaborando para que a História da Educação Piauiense relate e analise fatos e acontecimentos relevantes à sociedade parnaibana que foram importantes para a criação e ampliação da rede pública de ensino no Piauí.

A pesquisa teve como foco de estudo os anos compreendidos entre 1927 e 1982, justificando-se pelos seguintes motivos: para o recorte temporal inicial justifica-se, a criação da primeira “Escola Normal” na cidade de Parnaíba no ano 1927. Para recorte final escolheu-se o ano de 1982, por ter sido o momento da implantação do projeto do Centro de Aperfeiçoamento do Magistério - CEFAM em algumas Escolas Normais, inclusive nas Escolas Normais do Piauí.

O CEFAM foi formulado pelo Ministério da Educação na tentativa de revitalizar o Ensino Normal, que sofreu uma descontinuidade a partir da implantação das habilitações, por força da Lei 5.692/71 homologada em 11 de agosto de 1971.

O historiador utiliza-se da narrativa para compor sua história, fazendo-a passar de um simples “recurso retórico” para “alternativa metodológica”, (AURELL, 2010). Isso induz a percepção da importância da narrativa para a pesquisa educacional, como forma de produção e



interpretando os dados, procurando dar sentido às ações e aos pensamentos dos personagens e interlocutores.

Os personagens e interlocutores ao buscarem, em sua memória, lembranças que possam ser narradas em forma de relatos de vida, biografias, depoimentos e autobiografias, selecionam os principais fatos de sua vida para ressaltar. São exatamente essas “memórias” que habitam a mente das pessoas, que ao acionarem o gatilho das lembranças fazem-na de forma coletiva e individual e que são usadas em pesquisas como fontes primárias.

Utiliza-se a abordagem qualitativa, de cunho histórico usando narrativas orais e documentos escritos, por acreditar ser esse o melhor caminho para atingir os fins propostos, uma vez que a pesquisa qualitativa possibilita uma reflexão sobre si, sobre o outro e sobre o grupo, relacionando indivíduo e sociedade, enfatizando processo e preocupando-se em retratar a história dos sujeitos envolvidos.

As fontes e modalidades utilizadas na pesquisa foram separadas em dois grupos: as fontes oficiais que se formam em torno dos documentos da escola e as fontes não oficiais, que incluem fotografias, diários, agendas, cartas e as entrevistas, que podem ser autobiográficas ou biográficas.

Para escolha dos sujeitos partícipes da pesquisa, foi eleito como ponto principal o fato de terem vivenciado a história das Escolas Normais de Parnaíba como sujeitos pertencentes ao corpo docente ou discente no período analisado.

O aporte documental analisado constitui-se de documentos oficiais, tais como: Leis, Decretos-Leis, Decretos, documentos de escola como históricos, certificados, livros ata, ficha de matrícula, diário, grade curricular entre outros, encontrados nas bibliotecas e arquivos pesquisados e, especialmente, no Arquivo Público Estadual, e nos arquivos inativos das escolas pesquisadas: “Escola Normal Francisco Correia e Colégio Nossa Senhora das Graças”, observando que o trabalho de garimpar informações e documentos se fez necessário na reconstrução da história de uma instituição.

A Escola Normal de Parnaíba nasceu com o objetivo de melhorar a educação pela formação de professores, promovendo qualificação profissional. Fez surgir duas categorias de trabalhadores: os professores formados pela Escola Normal e os professores leigos, sem formação adequada para o exercício do magistério.

O Ginásio Nossa Senhora das Graças foi fundado em 30 de maio de 1907 pela Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena, a pedido do bispo Dom Joaquim



de Almeida para atender às necessidades da sociedade parnaibana, com a criação de uma escola feminina, em regime de externato e internato.

Assim, levando em consideração as limitações encontradas na realização dessa pesquisa, espera-se contribuir para a construção da história do ensino normal na cidade de Parnaíba.

Educação parnaibana no século XX: A implantação do ensino normal e sua relação com a cidade.

Parnaíba, localizada no extremo norte do Estado do Piauí, com uma área territorial de 436 km², encontra-se estrategicamente situada entre o Ceará e o Maranhão. Possui um Delta em mar aberto, que muito contribuiu para o crescimento turístico da região.

Nas primeiras décadas do século XX, impulsionada pela economia, desenvolveu-se de forma acelerada, passando por transformações acentuadas em seus espaços sociais e educacionais. Nesse período iniciou-se o processo de urbanização da cidade. Rodovias, ferrovias, prédios com maiores estruturas começam a ser construídos. Nesse período, ganha seus primeiros prédios escolares, construídos especialmente para esse fim, além de cinema, praças, casas de exportação e importação e indústrias, destacando-se como uma cidade em desenvolvimento, exportadora de produtos derivados do extrativismo vegetal.

No setor educacional, essas primeiras décadas do século XX, caracterizaram-se por consecutivas e desconexas reformas, oriundas do panorama educacional brasileiro e da forte influência que o poder político exercia sobre a instrução pública. Assim, nomeações, exonerações, transferências e substituições eram realizadas sem critérios em nome do regime republicano que se instalava. (MENDES, 2001)

A falta de qualificação dos professores juntamente com a ausência de recursos destinados à educação foram apontados pelos dirigentes da Primeira República como causa do atraso educacional e do desenvolvimento econômico e social do município. O próprio governador do Piauí, em 1937, em mensagem governamental afirma ser a educação um problema a ser resolvido de forma imediata, entretanto as finanças não lhe permitiam maiores investimentos.

Nas primeiras décadas do século XX a cidade de Parnaíba retoma a possibilidade de desenvolvimento econômico subsidiada pela posição estratégica de proximidade com o mar e em razão da navegabilidade do rio Parnaíba, que na ausência de estradas integrava todo o



estado, transformando a cidade no principal centro comercial do Piauí e o rio Parnaíba no escoadouro natural da cidade, conseqüentemente, ponte de convergência da economia de mercado.

O município de Parnaíba passa a destacar-se e figurar como um dos primeiros municípios piauienses a receber as inovações que o desenvolvimento e a urbanização proporcionara. Dentre as novidades que o município recebe destaca-se a luz elétrica, o cinema, o rádio, o cassino, os prédios escolares, as construções de edifícios, as ruas pavimentadas, a criação de uma agência bancária, entre outras inovações que a cidade recebeu e vivenciou

Na década de 1920, muitas escolas particulares abriram suas portas na tentativa de oferecer à elite parnaibana uma educação de qualidade; entretanto, a estrutura física e o método de ensino permaneciam semelhantes aos existentes no final do século XIX. Correia (1945), em seus escritos, já comentava o assunto ao afirmar que a cidade possuía um grande número de escolas particulares, em razão da sociedade acreditar no ensino formal, oferecendo a seus filhos o ensino das primeiras letras.

No ano de 1922 a cidade ganha seu primeiro grupo escolar, o “Grupo Escolar Miranda Osório” que se apresenta com uma arquitetura luxuosa e monumental. Foi criado no ano do centenário da Independência do Brasil, em 17 de março de 1922, no governo de João Luis Ferreira de Melo, pelo decreto estadual nº 784 e reunia duas escolas isoladas estaduais e municipais existentes. Essa construção seguia os projetos da época, apresentando duas entradas diferenciadas, uma para meninos e outra para meninas.

O Grupo Escolar Miranda Osório marcou consideravelmente a história da cidade, pela importância, localização e significado no tecido urbano. Inaugurado em 1922, em prédio alugado, somente em 1925 tem início a construção de um prédio próprio para o seu funcionamento.

Observou-se ainda que no início da década de 1930, ensino secundário era privilégio de poucos, uma vez que era difícil o ingresso e a permanência em sala de aula. Enquanto no ensino particular primário, encontrava-se com 801 alunos, menos de 5% conseguiam ter acesso ao ensino secundário.

Essas unidades escolares juntamente com o Grupo Escolar Miranda Osório passam a atender a população menos favorecida de Parnaíba, oferecendo educação formal, uma vez que “[...] transmitiam aos alunos não apenas conhecimentos, mas, sobretudo, bons costumes, aulas de boas maneiras, moral e cívica e religião.” (OLIVEIRA.1993. p 26).



Observa-se que ao final da década de 30, em questões educacionais, o quadro mais importante encontra-se ligado à absorção das normalistas pela rede oficial de ensino tanto na Capital como no município de Parnaíba, momento ímpar da educação piauiense, pois é partindo da qualificação dos professores que se passa a ter dois grupos de profissionais: os que encontram-se legalmente qualificados para a profissão, formados pela Escola Normal e os professores leigos, sem formação acadêmica para a função de lecionar.

A escola e a educação não ficam indiferentes às mudanças. Nesse momento de transformação a educação entra como instrumento de equalização social, a procura pela escolarização aumenta, surgindo à necessidade da criação de novas escolas para atender a clientela que começava a nascer, foi uma época propícia para o saber.

Na década de 50, tivemos o aparecimento de algumas escolas ligadas à sindicatos e outras instituições populares, como o caso do Ginásio Clovis Salgado, autorizado a funcionar em 19 de março de 1958 mantido pela Associação Piauiense de Educação e Saúde. No início funcionando no prédio do Círculo Operário de Parnaíba, a quem pertence até hoje e a Escola Comercial de Parnaíba, fundada também, em 1958, mantida pelo Círculo Proletário São José. (SILVA. 1987).

Na década de setenta a cidade ganha outras escolas particulares, nesse momento abriram suas portas o curso Cobrão, em 1973, funcionando do pré-escolar ao pré-vestibular, com crianças e adolescentes. Sob a direção do Professor João Ernesto Araripe, que além de diretor também é seu maior acionista e proprietário.

Nesse mesmo ano nasce a Escola Roland Jacob, de propriedade do grupo Marc Jacob, na pessoa do Sr. Roland Jacob, para receber os filhos ilustres da sociedade parnaibana de caráter privado, foi instalada em uma de suas melhores propriedades, trabalhava com turmas do primário ao vestibular, o que se confirma pelo anúncio veiculado no Almanaque da Parnaíba. (1977. p. 58)

Um dos problemas enfrentados em âmbito municipal e estadual era a qualificação docente para o exercício do magistério primário e secundário, problemas esses, que não eram exclusivos do Piauí, mas também de outros estados, daí a necessidade do governo de promover a criação das escolas normais numa tentativa de melhorar a formação dos professores que se dedicavam ao ensino primário além de também objetivar atender ao crescente número de escolas que se formavam no final da década de vinte.



Nesse contexto as escolas normais ganham espaço e surgem duas classes de professores: as professoras normalistas, qualificadas que traziam em seu currículo o diploma da Escola Normal e as professoras leigas, sem a devida escolarização e qualificação para a função, mas com a experiência de trabalho.

Em 11 de junho de 1927, o município de Parnaíba ver nascer uma escola que traz como benefício, à qualificação profissional. Nesse período, final da década de 1920, a população urbana encontrava-se em pleno desenvolvimento, vivia um “surto de modernização” (LOPES. 2010. p. 81) Era o início do processo de urbanização da cidade, a municipalidade, juntamente com a elite comercial, empreenderam diferentes inovações educacionais que culminaram na transformação da cidade, tornando-a, a cidade do Piauí que mais se desenvolveu no campo educacional.

Nesse momento “a ignorância era considerada fonte do marasmo e da inércia” (LOPES. 2010. p. 172) aumentando a procura pelos cursos de qualificação principalmente o curso de formação de professores, que no momento era procurado pelas “moças de famílias”, que começavam a buscar o seu lugar no mercado de trabalho, momento em que a escolarização é influenciada diretamente pela industrialização, uma vez que a população deseja crescer e se desenvolver. Era atribuído a todos os brasileiros a responsabilidade pela construção da grandeza do Brasil, e só tinha um caminho a ser seguido: educar-se e instruir-se.

Para exercer a função de Inspetor Federal e/ou Estadual da educação, em Parnaíba tem-se: José Pires de Lima Rabelo e Samuel Santos, ambos, inspetores no Ginásio Parnaibano, Joaz Rabelo de Souza, Inspetor do Ginásio São Luiz Gonzaga e posteriormente dos demais ginásios da cidade; e Raul Furtado Bacellar, “designado pelo Governo do Estado para Inspetor da Escola Normal de Parnaíba e Escola Normal Nossa Senhora das Graças.” (OLIVEIRA. 1993. p. 32).

Juntamente com a Escola Normal de Parnaíba foi também, criado o Ginásio Parnaibano, ambas as escolas funcionaram no prédio do Grupo Escolar Miranda Osório recebendo a colaboração da elite intelectual da época para comporem o corpo docente das duas instituições de ensino.

Entretanto apesar do funcionamento das Escolas Normais e do crescimento educacional que Parnaíba vivenciava, a Instrução, no Piauí continuava sem muito avanço, uma vez que os professores continuavam desprestigiados e com salários indignos. Nesse momento a



profissão docente para o ensino primário solidifica-se com uma profissão estritamente feminina e não muito remunerada.

Segundo dados da mensagem governamental em 1935 matricularam-se na Escola Normal de Parnaíba 46 alunas, destas, todas foram aprovadas. Em 1936, a matrícula subiu para 56 alunas, também todas aprovadas em primeira época, o que só aumentou a preocupação do governador com a qualidade de ensino oferecida e com a mão de obra a ser formada.

Segundo o governador do estado, essas aprovações não eram “mérito” das alunas e sim, ineficácia do sistema de avaliação, que, em sua opinião, encontrava-se “fraco”, portanto, “ineficiente” para essa tarefa de examinar. Em seu pensamento era inexplicável que todas as alunas obtivessem aprovação em primeira época, ou seja, nenhuma aluna apresentava dificuldade na aprendizagem.

Observa-se então uma associação das práticas de cuidado da época com o curso de formação de professores restrito apenas ao público feminino. Outro fator relevante de desvinculação do homem às práticas pedagógicas era o salário pago, insuficiente para manter uma família patriarcal que tinha o sexo masculino como provedor.

Somente na década de 1970, foi permitido aos homens freqüentarem à Escola Normal. A professora e diretora Maria Cristina de Moraes Sousa Oliveira lembra-se com carinho do momento em que conseguiu permissão para matrícula do sexo masculino na escola, logo após conseguir a implantação do curso normal noturno.

O ensino normal em Parnaíba

A necessidade de professores qualificados para o exercício do magistério se fazia visível em todo País, levando o governo a apostar na criação das Escolas Normais numa tentativa de profissionalizar e capacitar pessoas para o exercício do magistério. No Piauí, o problema se repetiu, uma vez que no relatório apresentado ao governador do estado, em 1921, a comissão assinala entre os vários problemas que causam a decadência do ensino público, a “falta de preparo técnico dos professores, em sua maioria leigos” e “a falta de instalações físicas e de material didático para funcionamento das escolas” (BRITO. 1996. p. 52).

Na tentativa de resolver esse problema, a criação de Escolas Normais poderia ser a solução. Lopes corrobora afirmando que “O tema da transformação do Piauí achava-se, pois, ligado de modo estreito à Escola Normal e à possível revolução nos métodos de ensino que ela



se destinava a promover. [...]” (2008. p. 116) uma vez que a Escola Normal se apresentava novas metodologias para o ato de ensinar.

José Narciso da Rocha Filho, representante municipal de Parnaíba, tinha como uma de suas preocupações a falta de preparo do corpo docente das escolas do município, fosse ela, pública ou privada, e na busca em melhorar o sistema educacional em sua gestão, contrata em São Paulo o professor Luiz Galhanone, com a missão de implantar uma reforma educacional e criar uma escola de formação de professores, capaz de alavancar a educação primária na cidade.

No final da década de 1920, a cidade de Parnaíba, recebe a “Escola Normal de Parnaíba” hoje, Escola Normal Francisco Correia, precisamente em 11 de junho de 1927, que por muitos anos entrega à sociedade parnaibana jovens professoras qualificadas para o exercício da profissão. E, no ano de 1947, o Ginásio Nossa Senhora das Graças, buscando ampliar suas atividades, implanta o curso de formação de professores, que muito contribui para alavancar a educação da cidade.

A Escola Normal de Parnaíba juntamente com o Curso Pedagógico do Colégio Nossa das Graças entregaram à sociedade parnaibana, durante muito tempo, jovens professoras aptas a transformarem o panorama educacional do município.

A Escola Normal de Parnaíba foi criada em 1927, reconhecida e regularizada por força da Lei 1.196, de 18 de julho de 1928, condicionada a prévia fiscalização do Governo do Estado funcionando nos termos da Escola Normal Oficial de Teresina, com um currículo de quatro anos. As escolas equiparadas à Escola Normal Oficial seguiam a mesma estrutura curricular e organização administrativa e didática, que, tinham como fundamento o Regulamento de 1910, com pequenas alterações, que permaneceu em vigor até 1930.

A Escola Normal de Parnaíba, inicialmente de caráter privado, objetivava formar professores par ao exercício do magistério de primeiras letras, inicia suas atividades em 1927, formando sua primeira turma em 1932, contando com apenas dez alunas, todas do sexo feminino, pertencente à elite econômica da cidade.

Na década de 1940, o ensino normal passa por grandes dificuldades de consolidação. Os dados revelam que nesse período, precisamente no ano de 1941, a Escola Normal de Parnaíba forma apenas 02 alunos e não se tem registro de concludentes referente ao ano de 1948.

Também nesse momento, a cidade de Parnaíba recebe outro educandário para trabalhar com a modalidade de ensino normal: o Ginásio Nossa Senhora das Graças, que entregou à sociedade parnaibana, em 26 anos de funcionamento, 344 jovens habilitadas ao exercício da função.



Na década de 1940, ano em que duas escolas oferecem o ensino normal, observa-se que a Escola Normal de Parnaíba, apresenta um número superior de alunos, fato observado em função do Ginásio Nossa Senhora das Graças ser uma entidade privada, feminina e estar iniciando suas atividades nesse nível de ensino. O que se confirma pela equiparação do número de concludentes na década seguinte, 1950, que é praticamente o mesmo.

Na década de 1960, o número de alunos concludentes da Escola Normal de Parnaíba é superior ao do Ginásio Nossa Senhora das Graças em quase que 3 vezes, em razão de nesse período a Escola Normal de Parnaíba ser estadualizada, ou seja, o Estado do Piauí passa a ser responsável pelo orçamento da escola, às alunas nada mais é cobrado, enquanto o Ginásio Nossa Senhora das Graças, continua particular, sendo acessível somente a quem tinha condições de custear seus estudos. Nessa época, a Escola Normal do Ginásio Nossa Senhora das Graças, era para “elite”, nela estudavam as moças dessa sociedade parnaibana.

Na década de 1970, o número de alunos concludentes da Escola Normal Francisco Correia aumenta em cerca de 20 (vinte) vezes, passando de 78 (setenta e oito) alunos para 1.539 (Hum mil, quinhentos e trinta e nove) formandos, em função do aumento do número de alunos que a escola recebeu e do funcionamento dos três turnos: manhã, tarde e noite. O ápice do ensino normal, do período em estudo, ocorreu em 1976, momento que a escola apresenta 09 turmas de formandos nos três turnos: manhã com 99 alunos, tarde 73 alunos e noite com 102 alunos totalizando 274 alunos,

Um dos fatores que contribuiu consideravelmente para o aumento no número de concludentes, nesse período, foi à abertura do ensino noturno, fato ocorrido em 1973, quando foi oportunizado às professoras leigas freqüentarem o curso Normal para que se qualificassem e adquirissem o diploma de professora normalista.

Em 1971, na administração da professora Maria Cristina de Moraes Sousa Oliveira, inicia-se a tentativa de implantar o ensino normal noturno, nesse momento é encaminhado para o Conselho Estadual de Educação – CEE a solicitação para esse funcionamento, entretanto essa solicitação é indeferida por meio do parecer CEE Nº 25/71 datado de 18 de fevereiro de 1971 onde o Conselho justifica para seu indeferimento, a solicitação fora de prazo.

Sabe-se que para o bom desempenho da função de uma escola normal a qualidade pedagógica do processo ensino- aprendizagem é fundamental e para que aconteça, esse bom desempenho, a estrutura curricular de uma escola deve seguir as bases filosóficas, psicológicas e sociológicas do currículo, que deve portanto, ser seu guia.



Nesse sentido, a Escola Normal de Parnaíba seguia a mesma estrutura curricular da Escola Normal Oficial de Teresina, uma vez que era equiparada à ela. Assim, a Escola Normal de Parnaíba inicia suas atividades docentes (1927) com um currículo de quatro anos, fruto da reforma de 1910.

Obedecendo ao decreto presidencial, o Governo Estadual determina pelo Decreto Lei nº 1.306 de 02 de setembro de 1946 as novas diretrizes para o Ensino Primário e em seguida o Decreto Lei nº 1.402 de 27 de janeiro de 1947 faz adaptações do Ensino Normal à nova Lei, reestruturando o ensino normal, para quatro séries do ginásial e três pedagógica.

Quanto ao ensino primário estadual, esse passa a ser estruturado de acordo com a Lei Orgânica e dividido em “ensino primário fundamental com duração de quatro anos e o curso complementar com um ano de duração; ensino primário supletivo, com duração de dois anos; (supletivo).

Quanto ao Ensino Normal, esse novo decreto, baixado em 1947, define as finalidades do Ensino Normal no artigo primeiro: “formar pessoal docente necessário às escolas primárias; desenvolver e propagar os conhecimentos técnicos à educação da infância; habilitar, quando possível, administradores escolares do grau primário.” (BRITO. 1996. p. 101)

Também divide o Ensino Normal em dois ciclos: o Curso Normal Regional para a formação de regentes de ensino, com duração de quatro anos, equivalente ao ensino ginásial; e o Curso Normal destinado à formação de professores primários, com duração de três anos. (BRITO. 1996.).

O Curso Normal Regional ou Curso de Regentes articulava-se com o curso primário, ou seja “para matrícula no curso Normal exigia-se a comprovação de conclusão do ensino do curso ginásial. (...)”.

Assim, tendo como fonte os arquivos do Ginásio Nossa Senhora das Graças, observa-se a grade curricular na certidão de conclusão emitida para a aluna Francisca França de Araujo. Que já tem como base o nova lei. Esse foi o Currículo mantido na primeira década de funcionamento do Curso de Formação de Professoras do Ginásio Nossa Senhora das Graças.(1947 a 1957)

A década de 1960 inicia com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024/61 que passa a possibilitar o ingresso em curso superior, por meio de vestibular a todos os cursos. Nesse momento, a Escola Normal do Ginásio Nossa Senhora das Graças apresenta a seguinte Matriz curricular e seus respectivos professores.



As Práticas Educativas do último ano abrangem Educação Física, Moral e Cívica, Artística e Doméstica além de Artes Femininas e Indústria Caseira.

A nova mudança curricular onde o Ensino Normal passa a ser um ensino técnico – profissionalizante, respeitadas as disciplinas obrigatórias indicadas pelo Conselho Federal de educação, o currículo do ensino normal torna-se mais prático e objetivo, incluindo noções de fundamentos da educação e práticas escolares no início do curso, motivo que se espera alcançar a excelência na reparação de professoras.

Esse novo currículo apresenta como disciplinas obrigatórias: Português, Matemática, Ciências, Geografia e História e Educação Moral e Cívica, sendo as disciplinas de Português e Educação Moral e Cívica obrigatória para todas as séries. As disciplinas de Organização Social e Política do Brasil, Didática Geral, Metodologias e Fundamentos são disciplinas de formação e Práticas Escolares e Desenho pedagógico como disciplinas optativas. Ainda apresentando a prática desportista com a Educação Física e Música e Canto oferecidas nas três séries.

Espaço escolar e práticas escolares das professoras normalistas

Frago e Escolano (1998, p. 62) afirmam que a escola “enquanto instituição ocupa um espaço e um lugar. Um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado que está ali, e um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado.” Assim, as Instituições escolares como espaço utilizado e ocupado fazem parte da memória individual e coletiva dos sujeitos que durante algum tempo freqüentaram esse local, portanto, sempre estará repleto de impressões e vestígios das relações sociais daqueles que o habitaram, podendo ser analisada a partir dessa perspectiva.

Nesse sentido, observa-se que Memória e história não possuem significados iguais (HALBWACHS, 1990), enquanto a memória se faz nas lembranças vividas e nos laços afetivos e sociais criados, a história é o registro histórico do acontecimento; uma vez que quando a memória acaba começa a história, que busca pelas lembranças fixar os acontecimentos por meio da escrita. Assim, recorre-se a cultura escola institucionalizada, à memória de ex-alunas, ex-professoras e ex-diretora para obter informações sobre a imagem social e as representações por elas registradas nas instituições escolares pesquisadas.

Dos profissionais que formavam a equipe docente das Escolas Normais no início de sua criação, poucos possuíam habilitação para tal função, entretanto, apresentavam as mais diversas formações que lhes permitiam ocupar o cargo de professor. Entre eles podemos destacar



médicos, advogados, engenheiros, farmacêutico, funcionários públicos, entre outras. Apesar da formação inicial não ser a de professor, no contexto, essa era uma prática permitida e muito utilizada, uma vez que a formação docente ainda não era tão estudada. Ressalta-se que embora esses profissionais não tivessem a formação inicial de professor, eles empenhavam-se no exercício da função exercida, eram responsáveis e exigentes, primavam por uma educação de qualidade.

Nas entrevistas e depoimentos coletados, o perfil dos professores à época em estudo denota rigor e seriedade na prática pedagógica, como relembra a professora Analina Costa Machado em seu depoimento:

Refiro-me a um de meus professores que muito o admirava – Prof. Benedito Correia, suas principais características, recordo-me muito bem: competente, assíduo, pontual, exigente, não permitia conversas paralelas em suas aulas, sério e muito responsável.

É evidente as qualidades que a professora Analina destaca para os professores da Escola Normal. Esse era o perfil dos professores que formavam o quadro de funcionários à época pesquisada: “competente, assíduo, pontual, exigente, sério, responsável”, que com o passar do tempo além dessas qualidades incorpora também a qualificação profissional.

Também a professora Maria do Socorro Rocha Serra, guarda em suas lembranças uma professora que influenciou positivamente, em sua carreira servindo como exemplo e modelo a ser seguido: a professora Maria Celeste. Sobre essa professora comenta: “[...] Falar sobre a professora Maria Celeste, é falar sobre a cultura, a educação, a nobreza e a presença de aristocracia. Era para todos nós um exemplo de educadora, que muito influenciou nossa carreira.”

O comentário da professora Socorro Serra só reforça a importância que o professor dispensa a seus alunos, normalmente, sendo um exemplo a ser seguido

Ivete Fontenele de Castro em seu depoimento, também, relembra que os professores de sua época de aluna do Ginásio Nossa Senhora das Graças não possuíam a formação específica, mas foram verdadeiros educadores ao ensinar com dedicação e responsabilidade. Rememora que: “[...] embora não formados nas disciplinas específicas, eles tinham conhecimento geral e na maioria das vezes eram formados em outra área, mas sempre dedicados e responsáveis. [...]”, qualidades que devem fazer parte de cada educador.



Na fala da professora Graça Bittencourt, percebe-se também que além do respeito que as alunas dispensavam à seus professores, o medo (temor) também era uma constante entre eles. A fama de um professor mais severo levava às alunas a temerem mais que respeitarem, como é o caso da professora Rosete, que na fala da professora Graça Bittencourt fica claro que a alunas mais temiam que a admiravam, e que o respeito imperava sempre.

Percebe-se também nos depoimentos acima, a admiração e o respeito que ainda hoje, as entrevistadas, nutrem em relação a seus antigos professores. A presença ainda é forte, estes marcaram de forma considerável a vida dessas pessoas e mais do que transmitiram conhecimentos eles deram verdadeiras lições de vida, de responsabilidade e de amor à profissão

As alunas do Ginásio Nossa senhora das Graças lançam em 1953 por intermédio do “Grêmio Literário Savinna Petrilli” a Revista “Raios de Luz” periódico que aborda diversos temas e situações vivenciadas no cotidiano da escola, bem como trabalha o perfil dos discentes.

Nesse ano a revista “Raios de Luz” circula em honra especial à virgem de Fátima, a quem as alunas homenageiam. Werle (2010, p. 07) em seu texto “Ancorando quadros de formatura na história institucional” afirma que nesse período, era comum homenagear uma imagem religiosa. Assim, a Revista Raios de Luz homenageia à virgem de Fátima, trazendo a imagem da santa em sua capa e justificando o porquê de sua escolha.

Analisando a “Revista Raios de Luz” produzida em 1953 pelo Grêmio Literário Madre Savina Petrili, observa-se como prática descrever as alunas traçando um perfil para a turma. Além o perfil das alunas que estão concluindo o pedagógico encontramos escritos descrevendo o perfil do curso técnico e do curso ginásial do ano de 1953.

Neste Periódico também encontram-se vários artigos escritos pelas alunas do curso pedagógico, do curso técnico em contabilidade e pelas ginásianas, como eram chamadas as alunas que cursavam o curso ginásial. Artigos diversos que trazem questionamentos significativos para a época, como o escrito por Maria Oneide Melo aluna do 2º Ano Normal em 1953 intitulado “Cultura intelectual da mulher” que questiona o papel da mulher na sociedade. Esse artigo inicia-se com o seguinte questionamento: “Convém que a mulher estude? Deve seguir alguma carreira? (...)” (Revista Raios de Luz, 1953, p. 46).

Através da entrevista, o relato da memória apresenta dados fundamentais para a compreensão do cotidiano escolar e das relações sociais criadas em seu âmbito, assim como os documentos oficiais e não oficiais pertencentes à escola



As escolas normais de Parnaíba realizavam atividades pedagógicas tais como a semana das normalistas, que unia o Colégio Nossa Senhora das Graças com a Escola Normal de Parnaíba. Cristina Moraes Sousa rememora essas práticas no trecho:

Eu sempre fazia no colégio das irmãs com a escola normal uma semana de orientação educacional, uma coisa assim, parecia uma semana pedagógica e depois eu fiz na escola normal, ah mas era a semana das normalistas que a gente chamava (...) Então aquelas, aquelas semanas muito cheias de atividades, atividades pedagógicas sobretudo, envolvendo as duas escolas normais que existiam em Parnaíba.

A Escola Normal de Parnaíba inicia suas atividades pedagógicas no prédio do Grupo Escolar Miranda Osório, edifício-escolar construído em 1922, especialmente esse fim. Em 1961, desmembra-se do antigo Ginásio Parnaibano e passa a funcionar no edifício do grupo escolar “Candido Oliveira”.

Em 1959 é estadualizada passando a chamar-se Escola Normal Francisco Correia. Em 1967, na administração do governador Petrônio Portela, a Escola Normal ganha um novo prédio. Essa Edificação foi construída na Av. Miguel Rosa que passa a se chamar posteriormente de Av. das Normalistas devido à importância do Ensino Normal para o município, em homenagem às normalistas que por ali transitavam diariamente.

O novo prédio foi projetado especialmente para abrigar o curso normal. Possui formas geométricas regulares, sistema construtivo simples de pilar e viga e platibanda ocultando a cobertura de telha cerâmica.

A Escola de Aplicação é uma escola criada com a finalidade de proporcionar maior oportunidade de vivência pedagógica às estagiárias, ou seja, para que as futuras professoras pratiquem suas regências ou estágios. É uma escola sob a responsabilidade da Escola Normal, onde a aluna (estagiária) observa como se processa, dentro de uma escola, o ensino-aprendizagem. Ela vivenciará de fato a realidade, terá nesse momento, a oportunidade de aliar teoria e prática.

Foi instalada oficialmente, em 1956, na administração do Professor José de Lima Couto, no grupo Escolar Miranda Osório com apenas uma turma de educação infantil, para que as alunas da Escola Normal praticassem sua regência. Na realidade, servindo de Laboratório Pedagógico. A partir de 1958 a escola passa a funcionar com professores efetivos e não só com professores normalistas (estagiárias).



Em 1972, a Escola de Aplicação é acolhida pelas irmãs missionárias e passa a funcionar na Rua Josias Moraes na escola “Pequeno Príncipe.” No entanto essa mudança só dura cerca de três anos e em 1975 a escola de Aplicação é oficialmente reinaugurada voltando a funcionar junto à Escola Normal Francisco Correia.

A Escola de Aplicação Francisco Correia, é assim que a escola de aplicação é conhecida, funciona no terceiro bloco da Escola Normal. Possui entrada privativa para a Avenida Coronel Lucas.

Hoje é uma escola independente da Escola Normal, encontra-se estadualizada, sob a responsabilidade do Governo do Estado. Recebe crianças para cursar o Ensino de primeiro grau menor de 1ª a 5ª série recebendo em média 300 alunos por ano nos turnos manhã e tarde.

Considerações finais

Ao se pesquisar sobre a história e a memória das Escolas Normais de Parnaíba verificou-se que vários fatores contribuíram para sua criação e estruturação, compondo todo o contexto histórico da sociedade parnaibana. Assim, na busca de compreender essa trajetória de formação, se faz necessário um mergulho na trajetória que as instituições escolares percorreram observando a relação entre a instituição pesquisada e seu envolvimento nos diversos grupos sociais à época.

Ressalta-se que a história do ensino normal encontra-se intimamente ligada às estórias do surgimento das escolas primárias, uma vez que a partir da criação dessa modalidade de ensino os governantes passam a ter uma preocupação maior com a educação ofertada, fazendo surgir várias escolas primárias.

O desenvolvimento comercial e industrial que a cidade de Parnaíba vivenciou, levou à necessidade de melhorar a escolaridade de seus habitantes. Nesse momento, muitas escolas públicas e particulares abriram suas portas na tentativa de oferecer à sociedade parnaibana uma educação diferenciada, pois acreditavam que oferecendo o “ensino de primeiras letras” a seus filhos estariam rompendo as barreiras da ignorância.

É nesse contexto que a criação da Escola Normal de Parnaíba, em 1927, vem contribuir para o crescimento da juventude parnaibana oferecendo mão de obra qualificada para essas escolas que surgem no final da década de vinte, início da década de trinta.



A permissão concedida ao Ginásio Nossa Senhora das Graças, vinte anos depois de criada a primeira Escola normal em Parnaíba, em 1947, confirma a necessidade dessa mão-de-obra especializada em educação uma vez que era crescente número de alunos em idade escolar que buscava aprender as primeiras letras.

Quanto às alterações curriculares observou-se que ocorreram em função das mudanças que o governo proporcionava por força de Lei, também pela necessidade observada da alteração curricular provocada pelas alterações que a própria sociedade vivenciava.

Finalmente, por tudo que foi reconstruído a cerca do objeto em estudo, acredito que esse trabalho ofereça significativa contribuição para o acervo histórico do Piauí.

Referências

- AURELL, Jaume. *Escrita da História: Dos positivismos aos pós-modernismos*. Trad. Rafael Ruiz. Instituto Brasileiro de Filosofia e /ciência “Raimundo Lúlio”: São Paulo. 2010.
- BRITO. Itamar Sousa. *História da Educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.
- CORREIA, Benedicto Jonas. *O Livro do Centenário de Parnaíba*. Parnaíba: Americanas, 1945
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice. 1990.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco. 2004.
- MENDES. Francisco Iweltman Vasconcelos. *Parnaíba: Educação e Sociedade (da Colonização à República)*. Parnaíba: SIEART, 2001.
- LOPES,. Antonio de Pádua Carvalho. Um viveiro muito especial: Escola Normal e profissão docente no Piauí. In: _____; ARAUJO. José Carlos Souza. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *As Escolas Normais no Brasil: Do império à República*. Alínea. 2010
- SILVA. Maria da Penha Fonte e. *Parnaíba, Minha Terra*. Crônicas. Parnaíba. 1987.
- Revista Raios de Luz, 1953. p. 46
- OLIVEIRA, Maria Christina de Moraes Souza. *Parnaíba: das primeiras escolas aos cursos universitários*. Parnaíba: 1993.